



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

1



**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 06, de 15 de setembro 2020

**AUTOR:** GOVERNADOR DO ESTADO

**ASSUNTO:** Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2021, e adota outras providências.

**RELATOR:** Deputado **ISSAM SAADO**

## **COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

### **PARECER DO RELATOR**

O Poder Executivo encaminhou ao Poder Legislativo o Projeto de Lei que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2021, em cumprimento ao disposto nos artigos 165, II e § 2º, da Constituição Federal, e do art. 80, inciso II e § 2º da Constituição Estadual, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 - LRF e do inciso I, do art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 78, de 11 de abril de 2012.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO cumpre papel de grande relevância na disciplina do processo orçamentário. A competência atribuída pela Constituição Federal, e por simetria pela Constituição Estadual, de orientar a elaboração da lei orçamentária, em adição às matérias reservadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conferem à LDO a possibilidade de tratar de assuntos variados e de suma importância para o exercício das funções parlamentares, a exemplo de: emendas parlamentares de execução obrigatória; fixação de metas fiscais, entre outras.

Cabe observar que, com o advento da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, ficou estabelecido, conforme seu art. 4º, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – disporá também sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, sobre os critérios e a forma de limitação de empenho, sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, além das demais condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Assim, a partir da vigência da LRF, a LDO passou a desempenhar, entre outras funções, o importante papel de compatibilizar as estratégias de política fiscal com a execução do programa de trabalho do governo. As prioridades da administração pública devem refletir os limites impostos pelo equilíbrio entre receitas e despesas e conter metas de política fiscal claras.

Ainda segundo a LRF, deverão integrar a LDO os seguintes anexos:



1 – Anexo de Metas Fiscais, em que são “estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes”;

2 – Anexo de Riscos Fiscais, no qual são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, e informadas as providências a serem tomadas para sua regularização, caso se concretizem.

Entre outras atribuições, a LDO também dispõe sobre as despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores e empregados; a execução provisória da Lei Orçamentária; o contingenciamento das despesas; e a transparência no gasto público.

A matéria em questão encontra-se ora em análise na Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, nos termos dos art. 186 a 189 do Regimento Interno, do qual nos coube à relatoria.

O Projeto Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO compreende: metas e prioridades da Administração Pública Estadual; estrutura e organização dos orçamentos; diretrizes para a elaboração, execução e avaliação dos orçamentos e suas alterações; disposições referentes às transferências de recursos; disposições relativas à dívida pública estadual e operações de crédito; disposições relativas a despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes; política de aplicação de recursos da agência oficial de fomento; disposições sobre alterações na legislação tributária estadual; disposições relativas à transparência e disposições finais.

Acompanham o projeto em epígrafe os Anexos: Despesas que não serão objeto de limitação de empenho; Metas Fiscais com demonstrativo das metas fiscais anuais de 2021, 2022 e 2023, avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior; evolução do patrimônio líquido, origem de aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), estimativa e compensação da renúncia de receita – triênio 2021-2023; margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, demonstrativo dos riscos fiscais; metas e prioridades da Administração Pública Estadual.

As metas e prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2021 constam do Anexo IV, e terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária, atendidas as despesas com obrigações constitucionais e as de funcionamento dos órgão e entidades.

As Metas e Prioridades para o ano de 2021 estão distribuída em cinco eixos, a saber: Segurança e Direitos Humanos; Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria; Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente; Gestão Pública; Saúde e Educação e Cultura. Destaco as seguintes Metas e Prioridades:



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



3

- Aparelhar as instituições de segurança pública para efetivo cumprimento de suas atividades constitucionais;
- Aumentar em 15% a quantidade de policiais do serviço ativo;
- Expandir as atividades da “Patrulha Maria da Penha”;
- Implantação do Projeto Pátria Amada Mirim – PAM;
- Implantar 1.135 unidades habitacionais de interesse social;
- Pavimentar 379 quilômetros de rodovias estaduais não pavimentadas;
- Prestar serviços de assistência técnica a 12.000 mil propriedades agropecuárias;
- Regularizar 120.000 hectares;
- Implantação de 65 agroindústrias no Estado;
- Melhorar a eficiência da arrecadação fiscal;
- Construir a superestrutura (fundação) do Hospital Geral de Araguaína;
- Construir a II Etapa do Hospital Geral de Gurupi;
- Concluir a obra de ampliação do Hospital Geral de Palmas;
- Implantar 60 Leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Estado;
- Fortalecer as unidades hospitalares sob gestão estadual para o enfrentamento da COVID-19;
- Implantar o serviço de biologia molecular para realizar RT-PCR para COVID-19 no LACEN-TO unidade em Araguaína;
- Reformar 40 unidades escolares, Ampliar 15 unidades escolares e Construir 4 unidades escolares.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO engloba os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Defensoria Pública e Ministério Público.

O PLDO/2021 foi elaborada na vigência da declaração do estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, em decorrência da pandemia do novo Coronavírus, por meio do Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, e reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 176, de 24 de março de 2020.



Além disso, existe um consenso geral das instituições e organismos internacionais quanto às incertezas nos países e seus governos sobre o impacto real causado pela pandemia, quanto ao sistema de saúde, ao número de vítimas e à economia.

Assim, para uma política fiscal equilibrada e responsável, mediante um cenário de fragilidade econômica que impacta no potencial crescimento do Estado, na elaboração das metas fiscais anuais para a LDO, referente aos anos de 2021, 2022 e 2023, os principais parâmetros macroeconômicos aplicados pelo Governo Estadual foram definidos de acordo com o cenário econômico atual, utilizando, como metodologia de cálculo, as projeções de mercado estabelecida no Boletim Focus do Banco Central, que servem para orientar decisões de investimento, ajustes em políticas que ajudem a atingir as metas de crescimento

No PLDO/2021, considerando as premissas macroeconômicas a receita do Estado do Tocantins, projetada para o triênio 2021 a 2023, corresponde ao montante de R\$ 33.449 bilhões, sendo que a previsão da receita total, a preços correntes para cada ano é a seguinte: 2021 – R\$ 10.911 bilhões; 2022 - R\$ 11.223 bilhões e 2023 – R\$ 11.314 bilhões.

A metodologia de projeção das metas adotadas pelo Estado ocorreu de forma diversa, o Governo aplicou modelo mais adequado para cada receita. No que concerne as previsões de Receitas projetou-se a receita para os anos de 2021 a 2023, do ICMS, IPVA, TAXAS e outras, pelo método da regressão linear simples, considerando os valores nominais efetivamente arrecadados no período de 2014 até junho de 2020, mensal e por atividade econômica. E para o ITCD, IRRF e IPVA-Dívida Ativa, a projeção foi realizada pela inflação através do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP – DI. Enquanto que as receitas provenientes de Outras Fontes de recursos tiveram seus valores projetados seguindo os critérios adotados pelos Órgãos e utilizando, como metodologia de cálculo, as projeções de mercado estabelecida no Boletim Focus do Banco Central, que servem para orientar decisões de investimento, ajustes em políticas que ajudem a atingir as metas de crescimento.

Na Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior, 2019, a receita total realizada foi da ordem de R\$ 9.096.808.870 bilhões da receita total prevista de R\$ 10.261.028.304 bilhões.

No tocante à execução das despesas total em 2019, foram recursos da ordem de R\$ 10.569.745.983 bilhões.

Em 2019 a Receita Corrente Líquida – RCL totalizou o montante de R\$ 8.015.429.038 bilhões, com um acréscimo de 11,48% em relação a 2018 (R\$ 7.190.329.051 bilhões).

O Estado apresentou uma dívida consolidada em 2019 de R\$ 5.419.222.082, e com as deduções pertinentes, uma dívida consolidada líquida de R\$ 4.564.454.229, correspondendo a 56,95% da Receita Corrente Líquida - RCL,



cumprindo na íntegra as disposições estabelecidas pela Resolução do Senado Federal, que é de duas vezes o valor da RCL, demonstrando o cumprimento com folga pelo Estado do Tocantins em relação ao limite de endividamento.

O PLDO/2021 também dispõe sobre as dotações para o pagamento de precatórios nos arts. 14 e 15; Da Dívida Pública Estadual e Das Operações de Crédito nos arts. 40 e 41; transferência de recursos a títulos de subvenções sociais e de auxílios nos arts. 29 e 32; transferências voluntárias nos arts. 34 a 39; e pessoal e encargos sociais nos arts. 42 a 45.

Cabe destacar a contrapartida dos Municípios objeto das transferências voluntárias por parte do Governo Estadual: 0,1% para Municípios com até dez mil habitantes; 0,5% para Municípios de 10 mil a 50 mil habitantes e 1% para municípios com mais de 50 mil habitantes, podendo a contrapartida ser feita por bens e serviços desde que mensuráveis.

Já a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos – RPPS, a cargo do IGEPREV, o PLDO/2021 destaca Resultado Previdenciário crescente até 2094, levando-se em consideração os valores das receitas da contribuição patronal e receitas previdenciárias projetadas, bem como os valores das despesas previdenciárias baseados em estudo atuarial.

A renúncia de receita para 2021 é da ordem de R\$ 352.103.382 milhões, ou seja, o Governo Estadual busca conceder os incentivos fiscais para reduzir as disparidades existentes dentro do Estado, conforme discriminado no Quadro “Estimativa e compensação da Renúncia da Receita – Triênio 2021-2023”, do Anexo II do PLDO.

Foram consideradas como Renúncia de Receita, a concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária que ocorreram nos exercícios que iniciou sua vigência (2017) e nos seguintes (2017 e 2019).

Portanto, não são computados na estimativa da renúncia de receita os benefícios concedidos anteriormente ao ano de 2017, uma vez que a renúncia foi considerada na estimativa de receita, a qual constará da lei orçamentária anual, tendo sido a projeção da receita, calculada para o triênio de 2021-2023, baseada na arrecadação efetiva do período de janeiro de 2013 a junho 2020, e os mesmos já não interferem no equilíbrio da previsão orçamentária

A estimativa da margem líquida de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado no PLDO 2021 é da ordem de R\$ 107,512 milhões, a margem líquida de expansão é igual a **zero**.

Finalmente, como disposição final, merece destaque o art. 52 do PLDO/2021, que dispõe sobre as emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2021, a ser encaminhado posteriormente à apreciação desta Casa de Leis.



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



6

## EMENDAS

Obedecendo ao disposto no art. 186, § 2º do Regimento Interno deste Poder, constam dos autos emendas de Membros deste Parlamento ao Projeto de Lei em questão, a saber:

### 1. Emenda Modificativa – Deputado ISSAM SAADO

Modifica os incisos II e III do § 2º do art. 34:

“Art. 34. ....

§ 2º .....

II – **0,3%** para Municípios que tenham de 10 mil a 50 mil habitantes;

III – **0,6%** para Municípios com mais de 50 mil habitantes.”

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor.

### 2. Emenda Aditiva – Deputado ISSAM SAADO

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

**Prioridade:** Fortalecimento das Políticas para o Desenvolvimento das Principais Cadeias Produtivas Agropecuárias de Aptidão do Estado

**Meta:** Fortalecimento de 11 cadeias produtivas agropecuárias, **inclusive piscicultura e Silvicultura.**

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor.

### 3. Emenda Aditiva – Deputado ISSAM SAADO

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Saúde

**Prioridade:** Ofertar aos usuários do SUS ações e serviços de atenção especializada de média e alta complexidade em tempo oportuno, de acordo com os protocolos de acesso nas regiões de saúde



**Meta:** Implantar 60 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Estado, **sendo 05 leitos no Hospital de Augustinópolis, 05 leitos no hospital de Guaraí, 05 Leitos no hospital de Araguaína e 05 leitos no hospital de Xambioá.**

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**. Conforme estudo realizado em conjunto com os técnicos da Secretaria de Estado da Saúde, a implantação de 60 Leitos de UTI está proposta com base nas reais condições de serem cumpridas, conforme andamento da obra de ampliação de leitos de UTI no Hospital Geral de Palmas.

Os parâmetros de quantitativos de leitos de UTI são preconizados pelo Ministério da Saúde no Manual de Critérios e Parâmetros para o Planejamento e Programação de Ações e Serviços de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2017) em conformidade com a Associação Brasileira de Medicina Intensiva (AMIB, 2020) e Conselho Federal de Medicina (CFM, 2018), **sendo 01 a 03 leitos por 10 mil habitantes.**

Para a implantação e manutenção de leitos de UTI é necessário: espaço físico equipado com rede de gases medicinais; equipamentos específicos para UTI; recursos humanos qualificados/especializados (profissionais multidisciplinares especializados na medicina intensiva) de difícil contratação, principalmente para localidades do interior do Estado; materiais e equipamentos essenciais de atendimento ao paciente (bombas de infusão, monitores multiparamétricos, ventiladores, insumos e medicamentos), equipamentos de proteção individual, exames laboratoriais, exames de imagem de alta complexidade (tomografia, ressonância), além de toda a manutenção de serviços inerentes ao ambiente hospitalar de baixa e média complexidade.

Os parâmetros de quantitativos de recursos humanos e de equipamentos para implantação de leitos de UTI estão na Portaria MS Nº 895, de 31/03/2017 e na Resolução Colegiada ANVISA – RDC Nº 07 de 24/02/2010.

E os parâmetros de implantação de leitos de UTI são rígidos e envolve infraestrutura de alto custo de investimento e manutenção, tendo em vista tratar-se de um serviço de internação de **alta complexidade**. Por isso, a concentração de leitos desta especialidade nos maiores centros de desenvolvimento tecnológico e populacional.

Em Augustinópolis já foram implantado 10 Leitos de UTI, que devido a pandemia da Covid-19 foram direcionados para os pacientes acometidas pela doença. Mas, com o fim da pandemia estes leitos serão destinados a suprir a demanda de leitos de UTI da Região do Bico do Papagaio.

#### **4. Emenda Aditiva – Deputado ISSAM SAADO**

Incluir texto às Metas do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura



**Prioridade** Adequação da estrutura física predial, de equipamentos e mobiliários

**Meta 1:** Reformar 40 unidades escolares, **incluindo a instalação de sistema de energia solar fotovoltaica e de energia solar fototérmica.**

**Meta 2:** Construir 4 unidades escolares, **incluindo a instalação de sistema de energia solar fotovoltaica e de energia solar fototérmica.**

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação da Meta 1 e 2**, conforme justificativa do autor e art. 5º da Lei 3.179, de 12 de janeiro de 2017, e ainda que a instalação dos sistemas de energia solar já está contemplada no EIXO: PARCERIAS INVESTIMENTOS E CONCESSÕES. Assim sugiro a seguinte redação das metas:

**Meta 1:** Reformar 40 unidades escolares, **com a previsão de sistema de energia solar.**

**Meta 2:** Construir 4 unidades escolares **com a previsão de sistema de energia solar.**

#### 5. Emenda Aditiva – Deputado ISSAM SAADO

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado.

**Meta:** Conservar 7.500 quilômetros de rodovias estaduais, **inclusive a recuperação da TO-420 no trecho que liga o Povoado Ponta do Asfalto na BR-226 (BR153) ao trevo saída Xambioá/ Wanderlândia e outras.**

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que as rodovias a serem conservadas são as previstas em convênios federais e financiamentos com bancos nacionais e internacionais já definidos em seus planos de trabalho os eixos rodoviários estruturantes do Estado do Tocantins, observando que poderá ser aproveitado o objeto da emenda para novas captação de recursos junto ao governo federal e instituições financeiras nacionais e internacionais. E também existe recomendação do Tribunal de Contas do Estado – TCE/TO para demonstrar a correlação e compatibilidade entre as metas e prioridades estabelecidas na LDO com PPA 2020-2023, o que se amolda a emenda em tela.

#### 6. Emenda Aditiva – Deputado ISSAM SAADO

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente



**Prioridade:** Regularização Fundiária

**Meta:** Regularizar 120.000 hectares, **inclusive nas regiões de Goiatins, Campos Lindos, Barro do Ouro, Aragominas, Santa Fé do Araguaia, Muricilândia, Ananás, Xambioá e outras.**

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição** tendo em vista que a regularização fundiária está definida com uma estratégia de solução para todas as Regionais do Estado, do qual a inclusão de forma municipalizada poderá gerar alteração de leis, portarias e normativas já previamente definidas.

**7. Emenda Aditiva – Deputada LUANA RIBEIRO**

Acrescentar o inciso IV ao §1º do art. 43:

“Art. 43. ....

§ 1º .....

**IV – realização de concurso público para as áreas de segurança pública, educação e saúde;”**

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, considerando o atual cenário de instabilidade econômica em que o Estado se encontra em virtude da pandemia COVID 19, e também que o inciso V do *caput* do art. 8º, da Lei Complementar 173/2020, estabelece que a realização de concurso Público fica proibida até 31 de dezembro de 2021, exceto para a reposição vagas dos quadros efetivos, desde que não acarretem aumento de despesa com pessoal.

**8. Emenda Modificativa – Deputada LUANA RIBEIRO**

Modificar a alínea “a” do inciso II, do §1º, do art. 43:

“Art. 43. ....

§ 1º .....

II - .....

a) **nomeação e posse dos aprovados nos concursos ainda em andamento na data da publicação desta Lei;”**



**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois com o texto na forma como está previsto no inciso II, alíneas “a” e “b”, do art. 43, do Projeto de Lei, a “realização de fases finais de concursos”, já engloba todas as fases necessárias que ainda resta dos concursos em andamento, inclusive a nomeação.

### 9. Emenda Aditiva – Deputada LUANA RIBEIRO

Incluir o inciso IV, ao §2º, do art. 46:

“Art. 46. ....

§ 2º .....

**IV – que contemple programas de incentivo ao empreendedorismo de jovens.”**

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa da autora.

### 10. Emenda Modificativa – Deputada LUANA RIBEIRO

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Adequação da estrutura física predial, de equipamentos e mobiliários

**Meta:** Implantação do Colégio da **Polícia Militar**, de ensino médio, para os municípios de Almas, Alvorada, Colméia, Formoso do Araguaia, Lizarda, **Natividade**, Nova Rosalândia, **Paraná, Peixe, Sítio Novo do Tocantins e Xambioá.**

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que os recursos para a adequação de estrutura predial em Colégios Militares são as previstas em convênios federais e financiamentos com bancos nacionais e internacionais já definidos em seus planos de trabalho. E ainda não haver disponibilidade financeira no exercício de 2021, bem como pela obrigatoriedade da conclusão de projetos em andamento, conforme disposto no art. 45 da LRF – “...a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento...”.

### 11. Emenda Modificativa – Deputada LUANA RIBEIRO

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura



**Prioridade:** Desporto e Lazer

**Meta:** Reformar e ampliar 5 ginásios de esportes nos seguintes municípios: Araguaína, Gurupi e Natividade.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que os recursos para a adequação de estrutura predial em ginásios de esportes são as previstas em convênios federais e financiamentos com bancos nacionais e internacionais já definidos em seus planos de trabalho. E ainda não haver disponibilidade financeira no exercício de 2021, bem como pela obrigatoriedade da conclusão de projetos em andamento, conforme disposto no art. 45 da LRF – “...a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento...”.

## 12. Emenda Aditiva – Deputada LUANA RIBEIRO

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Fomentar projetos culturais

**Meta:** Promover a valorização da produção artística e cultural durante a pandemia do COVID-19.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme disponibilização de recursos do Governo Federal para o Fundo de Cultura do Estado do Tocantins, que tem por finalidade atendimento emergencial aos artistas e promotores de cultura durante a pandemia.

## 13. Emenda Aditiva – Deputada LUANA RIBEIRO

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Segurança e Direitos Humanos

**Prioridade:** Melhorar a capacidade de combate ao crime e à violência, investindo em recursos tecnológicos, logísticos e de infraestrutura

**Meta:** Iniciar o vídeo monitoramento com a utilização de imagens de câmaras de estabelecimentos privados, no comando de Policiamento da Polícia Militar e na Polícia Civil, ambos da Capital.



**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, por entender que o videomonitoramento compõe uma parte do sistema de tecnologia embarcada, diminuindo assim os custos, portanto sugiro a seguinte redação da meta:

*“Iniciar o atendimento de ocorrências policiais militares e civis utilizando o sistema informatizado da tecnologia embarcada”.*

#### 14. Emenda Aditiva – Deputada LUANA RIBEIRO

Incluir duas Metas ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta 1:** *Estadualizar a estrada municipal, trecho entre Paranã até a divisa de Cavalcante/GO, passando pelo Distrito de Campo Alegre.*

**Meta 2:** *Instalação de quebra-molas, sinalização e redutores de velocidade com faixa elevada na TO-373, no perímetro urbano do município de Alvorada – TO.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição da Meta 1 e 2**, pois os objetos desta emenda encontram-se prejudicados por não haver disponibilidade financeira no exercício de 2021, bem como pela obrigatoriedade da conclusão de projetos em andamento, conforme disposto no art. 45 da LRF – “...a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento...”.

#### 15. Emenda Aditiva – Deputada LUANA RIBEIRO

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Segurança e Direitos Humanos

**Prioridade:** Implantação do Projeto Pátria Amada Mirim - PAM

**Meta:** *Criar a Banda de Música do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, visto que a proposta apresentada não está alinhada as finalidades do Projeto Pátria Amada Mirim - PAM.



#### 16. Emenda Aditiva – Deputada LUANA RIBEIRO

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Segurança e Direitos Humanos

**Prioridade:** Melhorar a capacidade de combate ao crime e à violência, investindo em recursos tecnológicos, logísticos e de infraestrutura

**Meta:** *Instalar uma companhia Independente da Polícia Militar – CIPM, nos municípios de Xambioá, Alvorada, Taguatinga e Goiatins.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a implantação da meta para 2021, dever ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero. Portanto não há disponibilidade financeira no exercício de 2021, bem como pela obrigatoriedade da conclusão de projetos em andamento, conforme disposto no art. 45 da LRF – “...a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento...”.

#### 17. Emenda Aditiva – Deputada LUANA RIBEIRO

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Segurança e Direitos Humanos

**Prioridade:** Aperfeiçoar as atividades de prevenção social da violência e criminalidade

**Meta:** *Expandir as Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher, no regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 16**.

#### 18. Emenda Aditiva – Deputada LUANA RIBEIRO

Incluir cinco Metas ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Saúde

**Prioridade:** Ofertar aos usuários do SUS ações e serviços de atenção especializada de média e alta complexidade em tempo oportuno, de acordo com os protocolos de acesso nas regiões de saúde

**Meta 1:** *Implantar leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTI Neonatal).*

**Meta 2:** *Reforma e ampliação do Hospital de Xambioá e do Hospital de Pequeno Porte de Alvorada.*



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



**Meta 3:** *Estadualização do Hospital de Pequeno Porte – (HPP) do município de Natividade.*

**Meta 4:** *Aquisição de ambulâncias para os Hospitais Regionais do Estado.*

**Meta 5:** *Ampliação dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), bem como a aquisição de EPIs, de respiradores e de testes rápidos para o enfrentamento da COVID-19.*

**Parecer da Relatoria Meta 1:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 03**.

**Parecer da Relatoria Meta 2:** Voto pela **rejeição**, pois o objeto desta emenda encontra-se prejudicado por não haver disponibilidade financeira no exercício de 2021. Esta meta pode ser constituída em ação da Programação Anual de saúde (PAS 2021), na qual está prevista a reforma do Hospital Regional de Xambioá e do Hospital de Pequeno Porte de Alvorada, com recursos de Emenda Parlamentar federal – convênio com o Ministério da Saúde, da seguinte forma:

Ampliação Hospital de Pequeno Porte de Alvorada: Construção Necrotério, Sala de Raios-X e Sala Vermelha (127m<sup>2</sup>). Convênio 835982/2016: valor R\$288.997,60 (emenda Deputada Josi Nunes).

Reforma e Adequação do Hospital Regional de Xambioá (2.091 m<sup>2</sup>) Obs.: emenda 30860006 da Deputada Dulce Miranda. Convênio 836784/2016: valor R\$549.690,00 (emenda Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende).

**Parecer da Relatoria Meta 3:** Voto pela **rejeição**. O Estado do Tocantins já coopera com os municípios ao assumir a gestão e gerência de serviços de média complexidade ambulatorial e hospitalar prestada municipal e regionalmente, além da cessão de recursos humanos para a atenção básica.

A Secretaria Estadual de Saúde – SES-TO, além da responsabilidade pela gestão, mediante pactuação com os gestores municipais (contratação, controle, avaliação, auditoria, regulação) e mediante a contratualização com serviços de natureza filantrópica e privados de maior complexidade de abrangência regional e estadual, ainda tem papel preponderante na oferta de ações e serviços de saúde diretamente à população por meio da administração direta de uma rede de 18 Hospitais Estaduais que é a responsável por grande parte das internações e procedimentos ambulatoriais e hospitalares no Estado do Tocantins.

Estes 18 Hospitais são Portas de Entrada Hospitalar, e funcionam de “porta aberta”. No período de janeiro a abril de 2020 eles executaram 1.457.759 procedimentos hospitalares, que representam 72% dos procedimentos realizados no Estado, e realizou 4.408 (66,84%) dos 6.595 partos que ocorreram na rede pública de serviços do SUS. Do total de internações, 81% foram na rede hospitalar regional, 11% em hospitais filantrópicos, 7% na rede municipal e 2% na federal.

Portanto, a Secretaria de Saúde não tem recursos financeiros para mais hospitais, além dos 18 que já gerencia.



**Parecer da Relatoria Meta 4:** Voto pela **rejeição**, pois o objeto desta emenda encontra-se prejudicado por não haver disponibilidade financeira no exercício de 2021. No entanto esta meta pode ser constituída em ação com recursos de emenda parlamentar.

**Parecer da Relatoria Meta 5:** Voto pela **rejeição**. Quanto ao provimento da assistência hospitalar da Covid-19, os empreendimentos efetivados pela SES-TO já viabilizaram a implantação de mais de 450 leitos Covid-19 no Estado do Tocantins, sendo 166 de UTI adulto e 6 UTI pediatria. A oferta de leitos Covid-19 foi ampliada em 185% em 4 meses, de abril a agosto de 2020.

Cabe ressaltar que desde 15 de agosto de 2020 o número de internações em leitos de UTI no Estado oscila para baixo (decréscimo), quando calculado a necessidade de leitos pelo número de pessoas que se encontram em acompanhamento ou em isolamento para tratamento, e porventura necessitariam de UTI, ou seja, casos graves, desde o dia 16/08, ocorreu uma queda dessa taxa e atualmente se encontra em 0,72%. Isso significa que menos de 1% do número de pessoas que ainda estão com Covid-19 necessitam de leitos de UTI (internações em leitos públicos e particulares).

#### 19. Emenda Aditiva – Deputada LUANA RIBEIRO

Acrescentar o inciso IV ao §1º do art. 43:

“Art. 43. ....

§ 1º .....

III – pagamento de subsídio decorrente de Lei Complementar para regulamentar o art. 116, § 5º da Constituição do Estado do Tocantins;”

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, considerando o atual cenário de instabilidade econômica em que o Estado se encontra em virtude da pandemia COVID 19, e considerando também que o inciso I, do *caput* do art. 8º, da Lei Complementar 173/2020, proíbe a concessão a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, até 31 de dezembro de 2021.

#### 20. Emenda Aditiva – Deputado ISSAM SAADO

Incluir Prioridade e Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Fortalecer o setor industrial do Estado do Tocantins



**Meta:** Desenvolver a infraestrutura e logística do Distrito Agroindustrial de Araguaína – DAIARA.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor.

## 21. Emenda Aditiva – Deputado ISSAM SAADO

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** Pavimentar 129 quilômetros de rodovias estaduais não pavimentadas, inclusive o trecho que liga o Povoado Araçulândia, no Município de Wanderlândia, à BR-153 (Km 129).

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor.

## 22. Emenda Aditiva – Deputado ISSAM SAADO

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Saúde

**Prioridade:** Ofertar aos usuários do SUS ações e serviços de atenção especializada de média e alta complexidade em tempo oportuno, de acordo com os protocolos de acesso nas regiões de saúde.

**Meta:** Implantar o Serviço de Transplante Renal do Hospital Geral de Palmas.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor e a necessidade da meta ser contemplada como prioridade governamental, e ainda já está previsto na conclusão da obra (física) no HGP uma unidade de transplante conforme Meta “Concluir a obra de ampliação do Hospital Geral de Palmas (60 leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI; 20 leitos de Unidade intermediária - UI; e Unidade Coronariana e Transplante, com 20 leitos)”.

## 23. Emenda Aditiva – Deputado LÉO BARBOSA

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Desporto e Lazer



**Meta:** Reformar e ampliar 4 ginásios de esportes nos seguintes municípios: Araguaína, Gurupi, **Tocantínia e Itacajá.**

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 11.**

#### 24. Emenda Aditiva – Deputado LÉO BARBOSA

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Saúde

**Prioridade:** Ofertar aos usuários do SUS ações e serviços de atenção especializada de média e alta complexidade em tempo oportuno, de acordo com os protocolos de acesso nas regiões de saúde

**Meta:** Aquisição de duas UTIs móveis para os Distritos de Taquaruçu e Buritirana, na cidade de Palmas.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois o objetivo da meta deve ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021. No entanto esta meta pode ser constituída em ação com recursos de emenda parlamentar.

#### 25. Emenda Aditiva – Deputado LÉO BARBOSA

Incluir texto à Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Segurança e Direitos Humanos

**Prioridade:** Fomentar políticas de segurança pública intersetoriais destinadas à redução da violência e promoção da cultura de paz.

**Meta:** Aparentar as instituições de segurança para o efetivo cumprimento de suas atividades constitucionais, **inclusive duas viaturas da Polícia Militar para os Distritos de Taquaruçu e Buritirana, no município de Palmas.**

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois o objetivo da meta deve ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021. No entanto esta meta pode ser constituída em ação com recursos de emenda parlamentar individual.



## 26. Emenda Aditiva – Deputado LÉO BARBOSA

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** *Manutenção de obras de artes especiais e correntes, inclusive da Ponte dos Imigrantes Nordestinos Padre José de Sousa, que liga os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins na TO-010 e da Ponte Fernando Henrique Cardoso, entre Palmas e Luzimangues, na TO-080.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor, e com o seguinte texto:

*“Manutenção de obras de artes especiais e correntes.”*

## 27. Emenda Aditiva – Deputado LÉO BARBOSA

Incluir Prioridade e Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** *Elaboração e execução de projetos técnicos executivos de estruturação de sistemas de abastecimento simplificado de água potável, através de execução de obras de perfuração de poços tubulares profundos em adequação a política de saneamento básico.*

**Meta:** *Aquisição de máquinas perfuratrizes para perfuração de poços artesianos.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois o objetivo da meta deve ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021. No entanto esta meta pode ser constituída em ação com recursos de emenda parlamentar.

## 28. Emenda Aditiva – Deputado LÉO BARBOSA

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Desporte e Lazer.

**Meta:** *Distribuição de materiais esportivos para as Escolas Estaduais.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 27**.



### 29. Emenda Aditiva – Deputado LÉO BARBOSA

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Adequação da estrutura física predial, de equipamentos e mobiliários.

**Meta:** *Implantação do Colégio Militar, de ensino médio, para os municípios de Almas, Colméia, Formoso do Araguaia, Lizarda, Nova Rosalândia, Sítio Novo do Tocantins e região sul de Palmas.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 10**.

### 30. Emenda Aditiva – Deputado LÉO BARBOSA

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Saúde

**Prioridade:** Ofertar aos usuários do SUS ações e serviços de atenção especializada de média e alta complexidade em tempo oportuno, de acordo com os protocolos de acesso nas regiões de saúde

**Meta:** Implantar 60 Leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Estado, **inclusive 10 leitos para o Hospital Regional de Porto Nacional.**

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição** conforme justificativa da **Emenda nº 03**.

### 31. Emenda Aditiva – Deputado FABION GOMES

Incluir artigo entre arts. 53 e 54:

*“Art.... É obrigatório o repasse feito aos municípios da contrapartida obrigatória do Estado referente às UPAs, no 1º decênio de cada mês.”*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor e com a seguinte redação:

*“Art.... É obrigatório o repasse aos municípios do rateio tripartite do Estado, referente às UPA's, no mês subsequente ao de sua competência”*



### 32. Emenda Aditiva – Deputada VALDEREZ CASTELO BRANCO

Incluir Prioridade e Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Gestão Pública

**Prioridade:** Modernização da infraestrutura Tecnológica

**Meta:** *Aquisição de 300 microcomputadores i5, 8GM RAM, 1TB HD com monitor 21" e estabilizador.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois o objetivo da meta deve ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021.

### 33. Emenda Aditiva – Deputada VALDEREZ CASTELO BRANCO

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** *Iniciar a pavimentação do trecho de estrada que liga os municípios de Aragominas à Santa Fé, passando pelo município de Muricilândia, incluindo os PAs Reunidas, Baviera e Vitória Régia*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois o objeto desta emenda encontra-se prejudicado por não haver disponibilidade financeira no exercício de 2021, bem como pela obrigatoriedade da conclusão de obras em andamento, conforme disposto no art. 45 da LRF – “...a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento...”.

### 34. Emenda Aditiva – Deputada VALDEREZ CASTELO BRANCO

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** *Construção e Reforma de obras de Artes Especial*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme texto da **Emenda nº 26**.



**35. Emenda Aditiva – Deputada VALDEREZ CASTELO BRANCO**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

**Prioridade:** Fortalecimento das políticas para o desenvolvimento das principais cadeias produtivas agropecuárias de aptidão do Estado

**Meta:** Apoio para a realização de Eventos Agropecuários

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois o objetivo da meta deve ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021. No entanto esta meta pode ser constituída em ação com recursos de emenda parlamentar.

**36. Emenda Aditiva – Deputada VALDEREZ CASTELO BRANCO**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** Iniciar a pavimentação da TO-424, no trecho que liga os municípios de Filadélfia à Babaçulândia, passando pelo Povoado Cana Brava.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois o objeto desta emenda encontra-se prejudicado por não haver disponibilidade financeira no exercício de 2021, bem como pela obrigatoriedade da conclusão de projetos em andamento, conforme disposto no art. 45 da LRF – "...a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento...".

**37. Emenda Aditiva – Deputada VALDEREZ CASTELO BRANCO**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** Iniciar a pavimentação da TO-239, no trecho que liga o município de Presidente Kenedy ao município de Itaporã do Tocantins.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 36**.



### 38. Emenda Aditiva – Deputado EDUARDO BONAGURA

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Segurança e Direitos Humanos

**Prioridade:** Fomentar políticas de segurança pública intersetoriais destinadas à redução da violência e promoção da cultura de paz.

**Meta:** Aparelhar as instituições de segurança para o efetivo cumprimento de suas atividades constitucionais, *inclusive as unidades de Colinas do Tocantins com equipamentos e veículos.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta deverá ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021.

### 39. Emenda Aditiva – Deputado EDUARDO BONAGURA

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Saúde

**Prioridade:** Ofertar aos usuários do SUS ações e serviços de atenção especializada de média e alta complexidade em tempo oportuno, de acordo com os protocolos de acesso nas regiões de saúde.

**Meta:** *Estadualização do Hospital de Colinas do Tocantins.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 18, Meta 3.**

### 40. Emenda Aditiva – Deputado EDUARDO BONAGURA

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Adequação da estrutura física e predial, de equipamentos e mobiliários.

**Meta:** *Implantação do Campus da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS para o município de Xambioá.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta deverá ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021.



#### 41. Emenda Aditiva – Deputado EDUARDO BONAGURA

Incluir texto à Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Segurança e Direitos Humanos

**Prioridade:** Fomentar políticas de segurança pública intersetoriais destinadas à redução da violência e promoção da cultura de paz.

**Meta:** Aparelhar as instituições de segurança para o efetivo cumprimento de suas atividades constitucionais, *inclusive as unidades de Gurupi com equipamentos e veículos.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta deverá ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021.

#### 42. Emenda Aditiva – Deputado JAIR FARIAS

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Adequação da estrutura física e predial, de equipamentos e mobiliários.

**Meta:** *Implantação de Colégio Militar de Ensino Médio para os Municípios de Dianópolis, São Miguel (Distrito Bela Vista), Esperantina, Araguaçu, São Sebastião do Tocantins.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 10**.

#### 43. Emenda Aditiva – Deputado JAIR FARIAS

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** *Iniciar a pavimentação e sinalização da via que liga o município de Sitio Novo do Tocantins, TO-201 até o Povoado o Olho D'Água do Coco*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois o objeto desta emenda encontra-se prejudicado por não haver disponibilidade financeira no exercício de 2021, bem como pela obrigatoriedade da conclusão de projetos em andamento, conforme disposto no art. 45 da LRF – “...a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento...”.

#### 44. Emenda Aditiva – Deputado JAIR FARIAS

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Saúde

**Prioridade:** Ofertar aos usuários do SUS ações e serviços de atenção especializada de média e alta complexidade em tempo oportuno, de acordo com os protocolos de acesso nas regiões de saúde

**Meta:** Implantar o serviço de Hemodiálise no Hospital Regional de Augustinópolis, na cidade de Augustinópolis.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, Os serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS) utilizam muitas tecnologias associadas à procedimentos e equipamentos, de modo que são considerados de **alta complexidade**. Basicamente existem duas modalidades de diálise: **hemodiálise** (HD) e diálise peritoneal (DP).

Devido às suas características, especificidades, custo elevado e tecnologias envolvidas, os serviços de hemodiálise têm um caráter multidisciplinar e são classificados como serviços de alta complexidade pelo Sistema Único de Saúde- SUS.

A inclusão desses elementos impacta sobre a sua organização e gera outras tecnologias na forma de procedimentos médicos e de gestão. Dessa forma, serviços ampliam cada vez mais sua complexidade e, por consequência, a quantidade e as características dos riscos que apresentam.

A complexidade do aparato institucional e tecnológico necessário à atenção a população que necessita de hemodiálise nos remetem ao desafio que envolve a organização dos serviços de forma regionalizada, equacionando a necessidade dos usuários com a capacidade de oferta dos serviços no Estado. O Estado não tem recursos de investimentos para implantar os serviços próprios de hemodiálise, por isso, compra estes serviços na Rede Privada. Atualmente os prestadores de serviços de **hemodiálise são:**

- Palmas – Fundação Pró Rim é referência para a população dos municípios das seguintes Regiões de Saúde: Capim Dourado, Cantão, Amor Perfeito.
- Gurupi – Fundação Pró Rim é referência para a população dos municípios das seguintes Regiões de Saúde: Ilha do Bananal e Sudeste.
- Araguaína – Instituto de Doenças Renais do Tocantins de Araguaína é referência para a população dos municípios das seguintes Regiões de Saúde: Médio Norte Araguaia, Cerrado Tocantins, Bico do Papagaio.

A hemodiálise é um serviço de alto custo, por isso. Por isso, a concentração de leitos desta especialidade nestes maiores centros de desenvolvimento tecnológico e populacional do Estado (Palmas, Gurupi e Araguaína).





#### 45. Emenda Aditiva – Deputado JAIR FARIAS

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Saúde

**Prioridade:** Ofertar aos usuários do SUS ações e serviços de atenção especializada de média e alta complexidade em tempo oportuno, de acordo com os protocolos de acesso nas regiões de saúde

**Meta:** *Estadualização do Hospital Municipal de Araguatins.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 18, meta 3.**

#### 46. Emenda Aditiva – Deputado JAIR FARIAS

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** *Desenvolver a infraestrutura logística do Estado*

**Meta:** *Iniciar construção da estrada de acesso e melhorias na infraestrutura no topo da serra.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 43.**

#### 47. Emenda Aditiva – Deputado JAIR FARIAS

Incluir Prioridade e Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** *Fortalecimento do Setor Industrial do Estado do Tocantins*

**Meta:** *Instalação de um Parque Industrial entre os Municípios de Sitio Novo do Tocantins e São Miguel do Tocantins.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta deverá ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021.



**48. Emenda Aditiva – Deputado JAIR FARIAS**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** *Recuperação e Manutenção da TO-415 à Br-230 – Transamazônica, que liga o trecho entre os municípios de Palmeiras do Tocantins à Santa Terezinha.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 05**.

**49. Emenda Aditiva – Deputado JAIR FARIAS**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** *Iniciar pavimentação asfáltica e sinalização da via que liga o município de Esperantina ao Encontro das Aguas, TO – 201.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois o objeto desta emenda encontra-se prejudicado por não haver disponibilidade financeira no exercício de 2021, bem como pela obrigatoriedade da conclusão de projetos em andamento, conforme disposto no art. 45 da LRF – “...a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento...”.

**50. Emenda Aditiva – Deputada VALDEREZ CASTELO BRANCO**

Incluir texto à Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** *Conservar 7.500 quilômetros de rodovias estaduais, inclusive as rodovias que dão acesso aos territórios indígenas e aldeias no Estado do Tocantins.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 05**.



### 51. Emenda Aditiva – Deputada VALDEREZ CASTELO BRANCO

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Fomentar projetos culturais

**Meta:** Promover projetos de fortalecimento da cultura material e imaterial, *inclusive das culturas indígenas no território tocantinense.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa da autora.

### 52. Emenda Aditiva – Deputado ISSAM SAADO

Incluir Prioridade e Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

**Prioridade:** *Fomento à agricultura familiar no Estado do Tocantins*

**Meta:** *Disponibilizar máquinas, tratores e implementos agrícolas e insumos agropecuários.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois neste ano de 2020 o Poder Executivo dou aos 139 municípios patrulha mecanizada para o fortalecimento da agricultura familiar, e a meta dever ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021.

### 53. Emenda Aditiva/Modificativa – Deputado PROFESSOR JÚNIOR GEO

Incluir os incisos IV e V ao *caput* do art. 2º e alíneas “a” e “b” ao § 1º do art. 2º e Modificar o § 2º do art. 2º:

53.1. Incluir os incisos IV e V ao *caput* do art. 2º:

“Art. 2º.....

(...)

IV – *relativas as receitas:*

a) *aumento real da arrecadação tributária;*

b) *recebimento regular da dívida ativa tributária;*



- c) *capitalização de créditos financeiros resultantes de incentivos fiscais para investimentos;*
  - d) *redução e ou adequação dos incentivos e benefícios fiscais dos quais decorra renúncia de receita*
- V – relativos as despesas:*
- a) *racionalização, redução, controle e administração de despesas com custeio administrativo e operacional;*
  - b) *controle e administração das despesas com pessoal e encargos sociais;*
  - c) *administração e controle dos pagamentos da dívida pública;*
  - d) *autorização e execução de investimentos dentro da capacidade de desembolso do Estado.”*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor.

**53.2.** Incluir alíneas “a” e “b” ao § 1º do art. 2º:

“Art. 2º.....

(...)

§ 1º.....

- a) *os órgãos e as entidades deverão incorporar em suas atividades, com orientação técnica conjunta da Secretaria da Fazenda e Planejamento e da Controladoria-Geral do Estado, o gerenciamento, acompanhamento e controle das políticas públicas, para que sejam observados os princípios da eficiência, eficácia e efetividade;*
- b) *a execução orçamentária e financeira dos programas deverá obedecer às orientações estratégicas do Plano Plurianual 2020-2023, dentro da previsão de recursos e com foco nos resultados, atendendo às normas fixadas pela Lei orçamentária Anual e pelo respectivo Decreto de Execução Orçamentária.”*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, considerando que os itens demandados já são objetos das normas vigentes, e regulamentados pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que tem como pilares básicos o planejamento, controle e transparência da gestão pública.

**53.3.** Modificar o § 2º do art. 2º:

“Art. 2º.....

(...)

§2º *Fica o Poder Executivo autorizado a revisar as metas fiscais, em decorrência da necessidade de ajuste frente ao impacto ocasionado pela pandemia por Covid-19, relacionadas à frustração de arrecadação e ao*



*aumento das despesas, encaminhando para Assembleia Legislativa do Estado para apreciação, com as respectivas justificativas.”*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, considerando que os itens demandados já são objetos das normas vigentes, e regulamentados pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que tem como pilares básicos o planejamento, controle e transparência da gestão pública.

#### **54. Emenda Aditiva/Modificativa – Deputado PROFESSOR JÚNIOR GEO**

Incluir inciso V ao art. 46 e modificar o inciso III do § 2º e o § 3º do art. 46:

##### **54.1.** Incluir inciso V ao art. 46:

“Art. 46.....

*V – promover o desenvolvimento da indústria, agricultura e da agroindústria, com ênfase no fomento à capacitação e pesquisa científica e tecnológica, buscando melhoria da competitividade da economia local, à estruturação de unidades e sistemas produtivos potenciais existentes e/ou em início de atividade.”*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor, e sugiro a alteração do texto, com a seguinte redação:

*“V – que promovam o desenvolvimento da indústria, agricultura e da agroindústria, com ênfase no fomento à capacitação e pesquisa científica e tecnológica, buscando melhoria da competitividade da economia local, a estruturação de unidades e sistemas produtivos potenciais existentes e/ou em início de atividade;”*

##### **54.2.** Modificar o inciso III, do § 2º, do art. 46:

“Art. 46.....

(...)

§ 2º.....

(...)

*III – que utilizem matéria prima local e proporcionem a ampliação da oferta de energia elétrica, a construção e ampliação de armazéns, silos e frigoríficos, o desenvolvimento do turismo, a exploração sustentável dos recursos naturais e a constituição e ampliação de empresas privadas para exploração de serviços de utilidade pública, **bem como** outros serviços de interesse público estadual.”*



**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor.

**54.3.** Modificar o § 3º, do art. 46:

“Art. 46.....

(...)

§3º A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – FomenTO fomentará projetos e programas, **prioritariamente**, de acordo com as definições estratégicas e em sintonia com as diretrizes e políticas definidas pelo governo estadual, **ou que mais se aproximem**, incluídas no PPA 2020-2023.”

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor.

**55. Emenda Modificativa – Deputado PROFESSOR JÚNIOR GEO**

Modifica os incisos II e III, do § 2º, do art. 34:

“Art. 34. ....

§ 2º .....

II – 0,3% para Municípios que tenham de 10 mil a 50 mil habitantes;

III – 0,6% para Municípios com mais de 50 mil habitantes.”

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor e da Emenda nº 01.

**56. Emenda Modificativa – Deputado PROFESSOR JÚNIOR GEO**

Modifica o parágrafo único do art. 32:

“Art. 32. ....

(...)

*Parágrafo único. As parcerias que tratam de transferência de recursos a título de auxílios dependem de um plano de trabalho que deverá ser utilizado na execução de políticas públicas, de mútua cooperação, impondo limitações às despesas de custeio e **utilização de alguma forma de divulgação pública da aplicação destes recursos públicos recebidos.**”*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois a publicidade no caso de transferência de recursos já está contemplada no inciso III, do art. 33.



**57. Emenda Modificativa – Deputado PROFESSOR JÚNIOR GEO**

Modifica o *caput* do art. 28:

*“Art. 28. A avaliação gerencial de desempenho da gestão governamental, referente à execução dos indicadores de cada objetivo e das metas de cada ação orçamentária, constantes da Lei Orçamentária Anual, fixados para o exercício de 2021, será efetuada por meio de sistema informatizado oferecido pelo Governo, **constando ainda demonstrativo de alcance das metas físicas e financeiras estabelecidas em cada ação orçamentária prevista, com livre acesso para consulta**”*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, o Portal da Transparência do Estado do Tocantins, está passando por um processo de aperfeiçoamento e a previsão de que no exercício e 2021 o mesmo contemple as informações requeridas.

**58. Emenda Aditiva – Deputado PROFESSOR JÚNIOR GEO**

Incluir § 4º ao art. 26:

*“Art. 26.....*

*(...)*

*§ 4º Em caso de excesso de arrecadação verificada nos recursos ordinários do tesouro, no final de cada bimestre, o valor será distribuído de forma proporcional aos Poderes, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e a Defensoria Pública.”*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois a Lei nº 4.320/64 não define a periodicidade mínima para o cálculo do excesso de arrecadação para efeito de abertura de créditos adicionais, limitando-se a estabelecer que o excesso de arrecadação corresponde ao saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a receita prevista e a realizada, considerando, ainda, a tendência do exercício (art. 43, § 3º, Lei nº 4.320/64), e a Administração deve realizar um acompanhamento mensal efetivo a fim de evitar o desequilíbrio financeiro e orçamentário das contas públicas. E a abertura de crédito deve observar o seguinte: o excesso de arrecadação de receita ordinária não vincula à destinação específica, pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais ao orçamento dos poderes e órgãos autônomos, conforme art. 43, II, da Lei 4.320/64 ou ainda ser for excesso de arrecadação de receita vinculada a finalidade específica não pode ser utilizado em abertura de créditos adicionais ao orçamento de poderes e órgãos autônomos, quando o objeto for incompatível com a



função constitucional do respectivo poder ou órgão, conforme art. 8, parágrafo único, LRF. E antes de tudo o gestor da arrecadação é o Poder Executivo e impor algo como pretende a emenda é ferir o princípio da autonomia dos poderes, conforme art. 2º da CF e art. 4º da CE.

#### 59. Emenda Modificativa – Deputado PROFESSOR JÚNIOR GEO

Modificar o art. 18:

*“Art. 18. O Poder Executivo poderá abrir, por meio de Decreto, créditos adicionais suplementares e realizar transposição e remanejamento até o limite de **quinze** por cento em cada esfera fixada na Lei Orçamentária Anual de 2021.”*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a dinâmica da execução orçamentária requer alterações no Orçamento fixado, adequando-o as contingências econômicas, notadamente pela dependência de recursos do FPE. Ressalta-se que o percentual de 30% está aquém dos percentuais da grande maioria dos Entes Federativos.

#### 60. Emenda Aditiva e Modificativa – Deputado PROFESSOR JUNIOR GEO

**60.1.** Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Segurança e Direitos Humanos

**Prioridade:** Melhorar a capacidade de combate ao crime e à violência, investindo em recursos tecnológicos, logísticos e de infraestrutura

**Meta:** *Implantar sistema de videomonitoramento de segurança nas maiores cidades do Estado.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor e com o texto sugerido na **Emenda nº 13**.

**60.2.** Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:



**Eixo:** Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

**Prioridade:** Prestar serviços de assistência técnica aos agropecuaristas

**Meta:** Fomentar, capacitar e orientar interessados em criação de peixes em tanques-redes.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta dever ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, não havendo disponibilidade financeira para o exercício de 2021.

**60.3.** Modificar Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

**Prioridade:** Prestar serviços de Extensão rural as famílias rurais

**Meta:** *Prestar serviços de Extensão Rural a 250 famílias rurais.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação parcial**, quanto ao aumento de prestação de serviços as famílias rurais, porém este relator manteve contato com o Presidente e técnico do Ruraltins e analisando a meta prevista para o ano de 2021 no PPA 2020-2023 deve-se aumentar este número para 1.172, portanto proponho emenda anexa à este relatório.

**60.4.** Modificar Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

**Prioridade:** Tocantins Livre da Aftosa sem Vacinação

**Meta:** *Reformar e ampliação de 10 Unidades de serviços de postos de fiscalização.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta deverá ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021 existe a previsão para "reforma e ampliação de 6 postos de fiscalização (Barreiras fixas)", não comportando a inclusão de mais 4 postos devido à base de reajuste do orçamento ser igual a zero.



**60.5.** Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

**Prioridade:** Tocantins Livre da Aftosa sem Vacinação

**Meta:** *Aparelhar 20 Unidades de serviços de postos de fiscalização.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta deverá ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021.

**60.6.** Modificar Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

**Prioridade:** Fortalecimento do setor agroindustrial do Estado do Tocantins

**Meta:** ***Implantar 65 agroindústrias no Estado para transformação de matérias-primas preferencialmente provenientes da agropecuária, potencial do Estado do Tocantins***

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, e sugiro o seguinte texto:

**“Meta:** *Implantar 65 agroindústrias no Estado para transformação de matérias-primas, preferencialmente provenientes da agropecuária.*”

**60.7.** Modificar Prioridade e Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

**Prioridade:** Regularizar terras do domínio do Estado **e assentamentos irregulares**

**Meta:** Promover e/ou incentivar regularização de assentamentos irregulares da zona urbana e rural do Estado

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, devido assentamentos irregulares ser competência da União, e também a “regularização de terras do domínio do Estado” abrange tanto urbanas como rurais.



**60.8.** Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Adequação da estrutura física predial, de equipamento e mobiliários

**Meta:** *Climatizar 15 unidades escolares*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta dever ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021.

**60.9.** Modificar Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Adequação da estrutura física predial, de equipamento e mobiliários

**Meta:** *Implantação do Colégio da Militar, de Ensino Médio, para os municípios de Almas, Colméia, Formoso do Araguaia, Lizarda, Nova Rosalândia, Sítio Novo do Tocantins e Paranã.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 10**.

**60.10.** Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Adequação da estrutura física predial, de equipamento e mobiliários

**Meta:** *Instalação de equipamentos de monitoramento por vídeo nas escolas da rede pública estadual.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta dever ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021.



**61. Emenda Aditiva – Deputado JORGE FREDERICO**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** Conclusão da pavimentação asfáltica da TO-239, que liga o município de Itacajá à Itapiratins.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta dever ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021.

**62. Emenda Aditiva – Deputado JORGE FREDERICO**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Adequação da estrutura física predial, de equipamentos e mobiliários

**Meta:** Implantação do Colégio Militar para os municípios de Wanderlândia, Darcinópolis, Babaçulândia, Nazaré.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 10**.

**63. Emenda Aditiva – Deputado JORGE FREDERICO**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Viabilizar soluções para Infraestrutura, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano

**Meta:** Duplicação da Avenida Dionísio Farias, com Extensão de 9 quilômetros, da BR-153 ao Aeroporto Regional de Araguaína.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta dever ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021.



**64. Emenda Aditiva – Deputado JORGE FREDERICO**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Viabilizar soluções para Infraestrutura, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano

**Meta:** *Implantação de uma ciclovia com 34 quilômetros de extensão na rodovia TO-222 da Avenida Bernardo Sayão até o povoado Novo Horizonte, município de Araguaína.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 63**.

**65. Emenda Aditiva – Deputado JORGE FREDERICO**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Viabilizar soluções para Infraestrutura, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano

**Meta:** *Construção da passarela com 35 metros de extensão e 5 metros de altura sobre a TO-222, no perímetro urbano de Araguaína, na região da Feirinha.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 63**.

**66. Emenda Aditiva – Deputado JORGE FREDERICO**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Viabilizar soluções para Infraestrutura, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano

**Meta:** *Conclusão da Orla de Araguaã.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 63**.

**67. Emenda Aditiva – Deputado JORGE FREDERICO**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Viabilizar soluções para Infraestrutura, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano

**Meta:** *Duplicação da Avenida Castelo Branco, no município de Araguaína.*



**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 63**.

**68. Emenda Aditiva – Deputado JORGE FREDERICO**

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Viabilizar soluções para Infraestrutura, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano

**Meta:** *Pavimentação asfáltica do Setor Nova Araguaína, município de Araguaína.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 63**.

**69. Emenda Aditiva – Deputado ANTONIO ANDRADE**

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Adequação da estrutura física predial, de equipamentos e mobiliários

**Meta:** *Reformar e ampliar 5 ginásios de esportes nos seguintes municípios: Araguaína, Gurupi e Porto Nacional.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 11**.

**70. Emenda Aditiva – Deputado ANTONIO ANDRADE**

Incluir texto à Meta do Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Adequação da estrutura física predial, de equipamentos e mobiliários

**Meta:** *Construir 4 unidades escolares, inclusive no município de Sandolândia.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, já que a construção de 4 unidades escolares estão pré-definidas no objeto de prioridades de recursos do Fundo de Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.



## 71. Emenda Aditiva – Deputado PROFESSOR JUNIOR GEO

Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Educação e Cultura

**Prioridade:** Fomentar projetos culturais

**Meta:** *Implantar programa de incentivo à leitura nas escolas estaduais.*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor.

## 72. Emenda Aditiva e Modificativa – Deputado OLYNTHO NETO

72.1. Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** *Implantação de um trevo na TO-222, KM 40, localizado no povoado de Bielândia, município de Filadélfia - TO*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta dever ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há disponibilidade financeira para o exercício de 2021.

72.2. Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Desenvolvimento Regional, Urbano e Indústria

**Prioridade:** Desenvolver a infraestrutura logística do Estado

**Meta:** *Reconstrução, com drenagem, asfalto, iluminação e sinalização, do trecho da TO-422, que dá acesso ao distrito Agroindustrial de Araguaína - DAIARA*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme texto da **Emenda nº 20**.



**72.3.** Incluir Prioridade e Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Gestão Pública

**Prioridade:** Programa de atendimento ao cidadão Tocantinense

**Meta:** implantação de uma unidade do É PRA JÁ em Palmas - TO.

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que a meta dever ser precedida de previsão orçamentária para custear as despesas de implantação e manutenção, observando que os dados técnicos do orçamento para 2021, é base de reajuste igual a zero, portanto não há previsão orçamentaria para o exercício de 2021.

**72.4.** Incluir Meta ao Anexo IV - Meta e Prioridades da Administração Pública Estadual:

**Eixo:** Saúde

**Prioridade:** Ofertar aos usuários do SUS ações e serviços de atenção especializada de média e alta complexidade em tempo oportuno, de acordo com os protocolos de acesso nas regiões de saúde

**Meta:** Aquisição de 15 veículos de transportes de pacientes para atender os municípios de: Guarai (2 un), Araguaína (4 un), Arapoema (1 un), Pedro Afonso (1un), Palmas (5 un), Dianópolis (1 un) e Augustinópolis (1 un).

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, conforme justificativa da **Emenda nº 18.4**.

### **73. Emenda Modificativa – Deputado OLYNTHO NETO**

Modificar o § 1º do art. 37 e o § 5º do art. 52:

**73.1.** Modificar o § 1º do art. 37:

“Art. 37.....  
§1º As despesas administrativas decorrentes das transferências previstas no caput deste artigo deverão ser deduzidas do valor a ser repassado, até 1,5% da transferência, com a não inclusão no instrumento celebrado, sendo que o valor deduzido deverá ser recolhido à conta específica da unidade gestora, destinada a fiscalização de convênios e parceiras.”

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor.



**73.2.** Modificar o § 5º do art. 52:

“Art. 52.....

(...)

§5º *Os valores das emendas parlamentares devem ser suficientes para atender as ações que se pretendam executar, em compatibilidade com os padrões de custos usualmente praticados dentro do Estado, vedada, em qualquer hipótese, a destinação de emenda com valor individual inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e, no caso específico de obras e reformas públicas, inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).”*

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois a medida aumentará o número de processos administrativos (de emendas parlamentares individuais), gerando assim a necessidade de contratação de mais servidores para atuar na análise desses processos, o que também implicaria na necessidade de ampliar o prazo mínimo para envio das emendas parlamentares a Secretaria da Fazenda e Planejamento e também as Unidades Orçamentárias responsáveis pela execução. Neste contexto, implicaria no aumento de despesas para a realização dessas atividades, indo assim na contramão do atual momento de enxugamento do gasto público principalmente com pessoal e encargos.

**74. Emenda aditiva – Deputado RICARDO AYRES**

Incluir § 2º ao art. 36:

“Art. 36.....

(...)

§ 2º. As informações, quanto aos temos firmados com as entidades, serão disponibilizadas, obrigatoriamente, a partir do segundo quadrimestre de 2021 no portal do CONV@TO.”

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, pois as informações quanto aos temos firmados com as entidades, são extraídas do portal CONV@TO e disponibilizados no portal da transparência em tempo real.

**75. Emenda Aditiva – Deputado RICARDO AYRES**

Incluir os incisos VI, VII e VIII ao *caput* do art. 32:

“Art. 32.....

.....



- VI – realizem atividades ou sejam qualificadas como geradoras de iniciativas socioambientais e para formação de pessoas para atuarem na atividade ecoturística sustentável;
- VII – atuem na ressocialização de jovens;
- VIII – atuem na formação de pessoas com deficiência.”

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor.

#### 76. Emenda Aditiva – Deputado RICARDO AYRES

Incluir § 3º ao art. 28:

“Art. 28.....

.....  
§ 3º Até o prazo máximo de 30 dias de sanção desta lei, a SEPLAN deverá disponibilizar aos membros do legislativo o acesso ao sistema que se refere o caput.”

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **rejeição**, tendo em vista que o sistema de Planejamento PLANEJA já é de livre acesso para consulta ao governo e sociedade em geral através do site [www.planejamento.monitora.to.gov.br](http://www.planejamento.monitora.to.gov.br) e a SEPLAN, foi incorporada à SEFAZ, por meio da Medida Provisória nº 04, de 17 de agosto de 2018, que foi aprovada e transformado na Lei 3.404/2018.

#### 77. Emenda Aditiva – Deputado RICARDO AYRES

Incluir parágrafo único ao art. 18:

“Art. 18.....

*Parágrafo único.* Excepcionalmente, caso persista o Decreto de calamidade pública vigente, em razão dos efeitos da pandemia do COVID 19, o percentual poderá ser estendido a até 40% de crédito suplementar, transposição e remanejamento, desde que devidamente justificado e com autorização, mediante consulta ao Poder Legislativo.”

**Parecer da Relatoria:** Voto pela **aprovação**, conforme justificativa do autor.